



Índice

- 01** [Quilombolas liberam ponte de Pirambu após manifestação](#)
- 02** [Trabalho de comunidades tradicionais ganha destaque na FAM e Fesarte 2014](#)
- 03** [Indígenas participam de eleição simulada em Fernando Falcão no MA](#)
- 04** [Todo mundo nasce índio](#)
- 05** [Dupla é presa traficando drogas em festa de índios aldeia indígena São Miguel na Baía da Traição](#)
- 06** [Indígenas recebem investimentos para a saúde](#)
- 07** [Secretaria de Assuntos Indígenas é proposta do senador Delcídio do Amaral para o governo de MS](#)
- 08** [Questão indígena ganha destaque no terceiro dia da Festa Literária do Flip](#)
- 09** [Justiça quer despejar 170 indígenas Kaingang de área no PR declarada como TI desde 2007](#)
- 10** [Homenagem de Dom Erwin Kräutler à Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida](#)
- 11** [Convenção 169 da OIT: Consulta aos Munduruku começa amanhã, 02/09, na Aldeia Praia do Manguê](#)
- 12** [Quilombolas do São Francisco elaboram documento com propostas para educação e melhor uso das águas](#)



- 13** BA – Pescadores e Pescadoras de Remanso e Pilão Arcado intensificam defesa da pesca artesanal
- 14** Nonsense: Tribos indígenas isoladas são incluídas como atração em pacotes turísticos
- 15** Convenção 169 da OIT: “Quando a forma determina o conteúdo”, por Joaquim Shiraishi Neto
- 16** Canoada vai se despedir da Volta Grande do Xingu
- 17** Pronatec leva capacitação profissional a aldeias indígenas no Acre
- 18** Governo amplia assistência técnica para indígenas
- 19** Delegado diz que é tenso clima em área de disputa de terras em MS
- 20** Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ realizará sua 5ª Assembleia Geral
- 21** Argentina: Indígenas wichís presos iniciam segunda greve de fome por liberdade
- 22** Colônia de Pescadores recorrerá ao MPF contra fraude no bolsa-pesca
- 23** Nota pública da CPT sobre o período eleitoral. Onde está a Reforma Agrária?
- 24** Câmara Municipal aprova PL que inclui na PPA abertura de crédito para construção de 02 salas de aulas em Aldeia Indígena
- 25** O que dizem os índios?
- 26** No Mato Grosso do Sul, candidato indígena é ameaçado e não divulga agenda
- 27** Autoridades indígenas continuam a ameaçar cristãos na Colômbia
- 28** Site do Ministério do Turismo destaca culturas indígenas e quilombolas paraibanas



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

29 [Levante do Povo Tuxá da Aldeia Mãe](#)

30 [Arte amazônica chega à Alemanha](#)



Quilombolas liberam ponte de Pirambu após manifestação

SÍTIO INFONET, 01.09.2014

Manifestantes cobram infraestrutura para território quilombola

A comunidade quilombola do Pontal da Barra interditaram a ponte erguida sobre o rio Japaratuba, que interliga os municípios de Pirambu e Barra dos Coqueiros. Os manifestantes colocaram tronco de coqueiros na pista e atearam fogo, interrompendo o fluxo de veículos no local durante toda a manhã desta segunda-feira, 1º. O acesso foi liberado pouco mais do meio-dia, mas a comunidade promete realizar novas mobilizações caso as reivindicações não sejam atendidas.

Os manifestantes reclamam da morosidade do início das obras de infraestrutura do Pontal da Barra, projeto do governo estadual para beneficiar cerca de 153 famílias em área de 318 hectares, situada às margens da SE 100, nos limites daqueles municípios. Segundo os manifestantes, o governador Jackson Barreto (PMDB) assinou ordem de serviço no dia 30 de junho com a promessa de iniciar as obras imediatamente.

"Mas até o momento nada foi feito, retiramos os barracos para a obra ser feita com mais rapidez, mas as obras não foram iniciadas", assegura o pescador Robério Manoel da Silva, presidente da Associação do Território da Comunidade Remanescente Quilombola do Portal da Barra.

Segundo Robério Silva, a grande maioria daquela comunidade está pagando aluguel ou morando "de favor" em casa de parentes. "Já conversamos com representantes do Governo, veio aqui uma equipe da Adema, mas até agora a licença ambiental não foi liberada", observou o pescador. "Eles deram uma pré-licença, mas depois retomaram para fazer modificação no projeto e, enquanto isso, a comunidade está sofrendo, sem amparo", atesta.

Com a manifestação, os moradores de ambos os municípios que tentaram se deslocar usando a ponte sobre o rio Japaratuba acabaram enfrentando grandes transtornos. O comerciante Roberto dos Santos teve que pegar dois táxis para conseguir transportar um carregamento de cerveja e refrigerante para um bar no Jatobá. "Isso não pode acontecer, é muito transtorno, um sufoco", reclamou.

A aposentada Tereza Alves de Santana saiu de Aracaju com a amiga, que se identificou apenas como Maria José, com destino ao povoado Bebedor, e acabou obrigada a fazer uma baldeação para conseguir chegar ao local desejado. "Agora a gente tem que passar por dentro do fogo e vê se pega outro carro lá do outro lado", comentou. "Eu vim da Bahia e nem sei pra onde estou indo. Muito difícil chegar", reclamou dona Maria José.

Policiais militares seguiram para o local e uma equipe da Companhia Estadual de Policiamento

CONT.



Rodoviária (CPRv) conseguiram entendimento com os manifestantes para desobstruir a pista. "É uma manifestação pacífica e estava previsto a retirada dos entulhos às 13h, mas conseguimos antecipar e estamos apenas aguardando o Corpo de Bombeiros para apagar completamente o fogo e retirar os troncos dos coqueiros para liberar a pista", observou o tenente Genival Araújo, oficial de supervisão da CPRv. "Algumas pessoas chegaram até aqui e voltaram, mas outros estão aguardando a liberação da pista", comentou.

O acesso foi liberado às 12h20 e o fluxo voltou à normalidade. O presidente da Associação do Território da Comunidade Remanescente do Quilombo Pontal da Barra informou que uma comissão representante dos manifestantes tentará uma audiência com o Governo para solicitar empenho para agilizar a licença ambiental e o início das obras.

A Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) informou que o Governo já solucionou os problemas e que a empresa terceirizada para execução do projeto tem prazo de 30 dias para iniciar a obra. A Secom informou que o projeto original teve que ser modificado para se adequar as exigências da lei ambiental e que a Adema já concluiu todo processo. Assim que instalado o canteiro de obras, segundo a Secom, a empresa terá prazo de 600 dias para concluir todo o projeto, que inclui obras de terraplanagem, drenagem, esgotamento sanitário, pavimentação e a construção das casas populares, um projeto avaliado em quase R\$ 3,186 milhões.

*A matéria foi alterada às 13h37 para acréscimo de informações sobre o projeto do governo

Por Cássia Santana



Trabalho de comunidades tradicionais ganha destaque na FAM e Fesarte 2014

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 01.09.2014

Com 92 mil visitantes e uma comercialização direta de R\$ 2 milhões e 200 mil, a 4ª edição da Feira do Artesanato Mundial (FAM) e a 3ª Feira Estadual do Artesanato Paraense (Fesarte) superaram as expectativas da organização do evento. Além dos números, as duas feiras serviram como vitrine para a divulgação da cultura produzida por populações tradicionais do Estado, como indígenas e quilombolas, que dividiram com artesãos de 23 países e 17 cidades brasileiras a atenção do público que visitou o Hangar entre os dias 23 e 31 de agosto.

Os dois eventos, juntos, geraram 2100 empregos, sendo 1300 diretos. Somente a Fesarte mobilizou 350 expositores, gerando R\$ 1,2 milhão em vendas diretas e mais os lucros futuros que serão gerados até o final do ano por conta da Rodada de Negócios. Segundo Atenilda Alencar, da Charph Eventos, organizadora da FAM e Fesarte, ao lado da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (Seter), "o grande diferencial das duas feiras é a oportunidade de divulgação e negociação". Para Glória Pereira, da Seter, o artesanato paraense 'roubou a cena', no bom sentido, superando as estimativas e dobrando os números do ano passado. "Este ano trouxemos 63 municípios e duplicamos os valores nas vendas diretas, mas o diferencial foi a participação dos quilombolas e indígenas. Eles foram o grande chamariz", constatou.

Entre os beneficiados com essa repercussão estão os representantes da etnia Munduruku. Só do município de Itaituba foram trazidas 193 peças, das quais 80% foram comercializadas. "Mas o que nos surpreendeu foi o interesse do público pela pintura corporal. Cinco indígenas trabalharam com o jenipapo - corante natural - e, juntos, faturaram mais de R\$ 1.500,00. Todo o lucro será revertido para a própria comunidade", disse Delival Batista, técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) de Jacareacanga, que trouxe os indígenas.

O casal Antônio e Geraldo Souza, do município de Capitão Poço, também atendidos pela Emater, comercializaram toda a produção trazida à feira e ainda voltam para casa com dezenas de encomendas feitas. Eles venderam 300 garrafas de mais pura andiroba, processada manualmente - um serviço que leva mais de 15 dias para envasamento de única garrafa - e também 150 garrafas de mel puro. "Estou com uma encomenda grande para mandar para São Paulo e Santa Catarina. Chegando em casa, já temos mais trabalho para atender nossos novos clientes", comemorou Antônio.

Para Ângela Aquino, coordenadora do Grupo de Mulheres da Associação dos Agricultores do Gleba Guajará do Curuçambá, em Ananindeua, o apoio da Emater foi essencial para a participação da comunidade, que expôs a produção de licores artesanais, alguns com sabores inusitados e até exóticos, ao público das feiras. "Os sabores de jambu, gengibre, menta e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

maracujá cremoso foram os que mais tiveram saída. Ter essa chance de mostrar nossa produção foi incrível. Além do conhecimento que adquirimos, fizemos excelentes contatos. O bom dessa programação é que aqui tem espaço para todos”, comemorou a artesã.

Kenny Teixeira

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Indígenas participam de eleição simulada em Fernando Falcão no MA

SÍTIO G1, 01.09.2014

Simulação da votação por meio da biometria foi realizada nesse domingo. Dos quase 6 mil eleitores do município, cerca de 20% são índios.

No município de Fernando Falcão, na aldeia indígena do Escalvado, dos índios da etnia Canela, está a maior seção eleitoral em aldeia indígena do Maranhão. Pela primeira vez, brancos e índios participaram da simulação da votação por meio da biometria, realizada nesse domingo (31).

Os índios exibiram uma das principais atividades esportivas praticadas na aldeia, a corrida carregando troncos de árvores que pesam até 200 quilos. Ao todo, eles somam mais de dois mil índios. Têm costumes bem curiosos, como retirar as sobrancelhas, pois eles acreditam que isso ajuda enxergar melhor, principalmente na hora de caçar.

A simulação é uma forma atestar a votação por meio da biometria que será aplicada pela primeira vez na aldeia e no restante do município. Dos quase 6 mil eleitores do município de Fernando Falcão, cerca de 20% são índios. Na aldeia dos Escalvado está a maior sessão eleitoral em aldeia indígena do Maranhão. No dia 5 de outubro, 116 mesários trabalharão em 13 locais de votação.

Segundo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, José de Ribamar Sobrinho, a simulação tem como objetivo incentivar os índios a participar mais do processo eleitoral. "Vamos identificar os eleitores da comunidade e convencê-los a fazer o cadastramento. Nós alcançamos 940 eleitores nesta comunidade que tem três zonas eleitorais.

Biometria

No Maranhão, 15 cidades vão usar a biometria nas eleições deste ano. As eleições simuladas foram feitas em sete municípios durante o mês de agosto, para treinar eleitores e mesários. Mais de 900 mil eleitores vão votar usando o sistema biométrico nos seguintes municípios: Barra do Corda, Fernando Falcão, Benedito Leite, Cajapió, Jenipapo dos Vieiras, Nova Iorque, Paço do Lumiar, Pastos Bons, Raposa, São Domingos do Azeitão, São João Batista, São José de Ribamar, São Luís, São Vicente Férrer e Timbiras.



Todo mundo nasce índio

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 01.09.2014

Todos os homens nascem iguais. Ao nascer ninguém pode imaginar como aconteceu esse milagre divino da vinda ao mundo. Ao nascer, não sabemos se somos ricos, pobres, plebeus, nobres, índios, brancos, negros, vermelhos ou amarelos. Os filósofos, os religiosos e muitos leigos têm explicações sobre o nosso ao desabrochar humano de um roseiral divino. Até hoje o avanço da ciência não encontrou explicação plausível de como chegamos aqui respirando o oxigênio dos eflúvios terrestres. O carinho e o zelo dos pais vão ensinando e adestrando aquele inseguro ser nascente que mal conhece o ambiente que o cerca. Todo é igual, tudo é cinza.

Os "civilizados" brasileiros insistem em preservar os hábitos de uma reserva humana chamada índio que nasceu igual a todos, mas que habita maloca imunda, dorme em redes de palha e se alimenta com churrasco de macacos. Os "protetores" dos selvícolas alegam que esses estranhos seres humanos gostam de preservar suas tradições e o seu modo de viver. Os infelizes ganham enorme gleba de floresta para caçar macacos, pescar piranhas e tomar banho em igarapés poluídos. Todos são analfabetos, carecem de cuidados médicos desde o nascer e desconhecem as belezas do universo, do saber e da própria natureza que os rodeia. Essa reserva humana é tratada como pária sem inteligência, sem pátria e sem cidadania.

Todos esses aborígenes se encantam quando ganham de presente radinho de pilha, bola de futebol ou o luxo de uma bicicleta. Sonham em dirigir automóvel e viajar de avião e nem imaginam que existem outros lugares, outros países apinhados de gente civilizada e instruída. Todos os recantos da terra já integraram os seus silvícolas aos hábitos dos civilizados dando-lhes escolaridade, saúde, moradia, alimentação. No nosso país, essas pobres criaturas humanas esperam apenas ser integrados como cidadãos brasileiros e não como selvagens bichos do mato.

José Batista Pinheiro
batistapinheiro30@gmail.com

Coronel reformado do Exército



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Dupla é presa traficando drogas em festa de índios aldeia indígena São Miguel na Baía da Traição

SÍTIO BAYEUX JOVEM, 01.09.2014

A Polícia Militar prendeu na madrugada desta segunda-feira (1) dois jovens traficando mais de 200 papélotes de maconha e 141 pedras de crack. A prisão ocorreu durante uma festa na aldeia indígena São Miguel na Baía da Traição, no Litoral Norte paraibano.

De acordo com a Polícia Militar, os jovens vendia a droga durante uma seresta na aldeia. Além das drogas foi apreendida a quantia de R\$ 120,00. Os jovens foram presos em flagrante durante rondas na festa, em que os policiais perceberam atitudes suspeitas.

A dupla foi encaminhada à Delegacia de Polícia Civil de Mamanguape, cidade vizinha, onde foram autuados por tráfico de drogas.

Fonte: Bayeuxjovem



Indígenas recebem investimentos para a saúde

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 01.09.2014

O repasse é resultante do Termo de Cooperação Mútua entre a Santo Antônio Energia e o DSEI de Porto Velho, assinado no primeiro semestre deste ano.

More Sharing Services Compartilhe | [Share on facebook](#) [Share on myspace](#) [Share on google](#) [Share on twitter](#) [Share on orkut](#) [Share on email](#)

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho recebeu na última sexta-feira, 29, a primeira parte de equipamentos tecnológicos, materiais educativos para a área da saúde e alguns itens de mobília para escritório. O evento aconteceu na sede da instituição em Porto Velho e contou com a presença do coordenador do distrito e de representantes da Santo Antônio Energia.

O repasse é resultante do Termo de Cooperação Mútua entre a Santo Antônio Energia e o DSEI de Porto Velho, assinado no primeiro semestre deste ano. O termo faz parte do Plano Integrado de Saúde Indígena que beneficia as comunidades Karitiana, Karipuna e Cassupá. A parceria institucional possibilita a implementação de ações que devem proporcionar melhorias na infraestrutura, educação e saúde das comunidades indígenas.

Os materiais entregues ao DSEI foram computadores, monitores, impressora, máquina digital, cadeiras, mesas, máquina plotter, motores de popa e espelho clínico. Também fizeram parte da entrega livros e álbuns educativos ilustrados que são materiais pedagógicos que serão utilizados em palestras socioeducativas que devem contribuir com o trabalho de prevenção da AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e orientações sobre planejamento familiar e reprodutivo.

Para o analista socioambiental, Paulo Afonso dos Santos Junior, da Santo Antônio Energia, a parceria representa um passo importante para o cumprimento das ações do Plano Básico Ambiental (PBA) da concessionária. "Atenção à saúde é um assunto importante para os povos indígenas e a Santo Antônio Energia já apoiou infraestrutura nas aldeias dos povos Karitiana e Karipuna, entre outras ações. Nesta etapa, apoia com materiais educativos, odontológicos e de escritório, que proporcionarão uma melhora na prestação dos serviços nas aldeias, além da área administrativa do DSEI de Porto Velho, para que os indígenas tenham cada vez mais acesso adequado às ações de saúde", afirmou.

O termo de cooperação é um programa do PBA - Componente Indígena, documento que estabelece ações de mitigação e compensação aos povos indígenas sob a influência da hidrelétrica Santo Antônio. Paulo Afonso ainda informou que as ações da concessionária sobre atenção à saúde indígena continuarão a ocorrer. "Iniciaremos a ampliação e reforma da Casa de Apoio a Saúde do Índio - CASAI de Porto Velho, no mês de setembro deste ano", concluiu.



Secretaria de Assuntos Indígenas é proposta do senador Delcídio do Amaral para o governo de MS

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 01.09.2014

Criação de uma secretaria extraordinária para tratar de questões indígenas e do desenvolvimento da agricultura familiar visando atender demandas de Mato Grosso do Sul relacionadas às disputas por terras e fomentar a atividade agropecuária nas pequenas propriedades. A proposta é um dos itens do plano de governo apresentado pelo candidato ao governo do Estado, Delcídio do Amaral (PT), no encontro com lideranças e produtores rurais realizado pela Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, nesta segunda-feira (1º), no auditório da Casa Rural.

Para um auditório lotado, o petista se posicionou a favor da indenização pela terra nua, além das bem feitorias, àqueles produtores que tiveram terras reivindicadas por indígenas. E afirmou que após as eleições, o Governo Federal chegará a uma solução sobre a região Buriti, que envolve áreas do município de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. “Os produtores apresentaram a contra proposta sobre o valor das terras naquela região. Vamos levar esses valores à Justiça, que com ajuda de um perito chegará ao fim das eleições com solução sobre o real valor das terras”, enfatizou Amaral ao caracterizar a falta de segurança jurídica como “o grande problema de MS”.

A criação de uma secretaria para a agropecuária também é sugestão do candidato Delcídio do Amaral, manifestando intenção de desmembrar a atual Seprotur – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. “Precisamos da criação de mecanismos para o desenvolvimento de todo o Estado e não só de municípios isolados. Para isso vamos contar com grupos de trabalho, formados por representantes do governo e de entidades representativas, como a Famasul”, ressaltou.

Mudanças na logística para escoamento da produção foram tratadas com insistência pelo candidato do PT, que durante o evento, garantiu a redução de impostos que têm impacto direto sobre a produção agropecuária. “Vou reduzir a alíquota do óleo diesel em 14%, insistir na revitalização da ferrovia Noroeste e investir nos portos secos e hidrovias”, pontuou.

Delcídio do Amaral também fez questão de destacar o emprego de novas tecnologias para o campo. “Sou a favor da tecnologia e da transgenia, desde que haja comprometimento com o meio ambiente e sustentabilidade. Também incentivaremos as escolas rurais para que tenham compatibilidade com a produção local e estimule uma nova formatação nas instituições que abordarão a ciência no campo”.

Delcídio do Amaral foi o primeiro candidato a se apresentar no encontro dos candidatos a governo do Estado que melhor pontuam nas pesquisas de intenção de voto com o setor produtivo. E evento foi realizado pelo Sistema Famasul, em parceria com a Associação dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Produtores de Soja – Aprosoja/MS e a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e foi conduzido a partir das propostas apresentadas pelo setor produtivo no documento “O que esperamos do próximo Governador – Contribuições da Agropecuária para o Desenvolvimento Socioeconômico de MS”. O documento foi elaborado com a contribuição de entidades técnicas representativas, sindicatos rurais, técnicos, associações de classe e produtores rurais, englobando propostas para os diferentes segmentos que integram o setor. Também participaram do evento os candidatos ao Governo de MS, Nelson Trad Filho (PMDB) e Reinaldo Azambuja (PSDB).



Questão indígena ganha destaque no terceiro dia da Festa Literária do Flip

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 01.09.2014

Primeira mesa que a Flip dedicada aos índios e à Amazônia reúne, às 15h, a fotógrafa suíça Claudia Andujar e o xamã indígena Davi Kopenawa

Agência Brasil

Ditadura no Brasil, questão indígena e culinária são alguns dos destaques desta sexta-feira (1º/8) da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), que termina no domingo (3/8). A primeira mesa que a Flip dedicada aos índios e à Amazônia reúne, às 15h, a fotógrafa suíça Claudia Andujar e o xamã indígena Davi Kopenawa, pajé e presidente da Hutukara Associação Yanomami. Ela fez um trabalho de saúde preventiva em terras Yanomami, em Roraima.

Cada índio foi marcado com uma numeração no intuito de ajudar a combater o avanço de epidemias causadas pela abertura de uma estrada, em meados dos anos de 1970. Ela transformou o trabalho no livro Marcados – nome também escolhido para a mesa. A publicação serviu de alerta para o mundo sobre a situação dos índios que pareciam “marcados para morrer”, segundo ela.

No circuito paralelo da FlipMAis, a mesa Em Nome do Pai reúne às 20h o engenheiro Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, morto durante a ditadura militar, e o escritor Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, torturado pelo regime militar e ainda desaparecido. A medição será feita por Zuenir Ventura.

Mais tarde, às 21h30, o cineasta Cacá Diegues e o músico Edu Lobo, que lançam livros de memórias durante a Flip, falam de seus desafios pessoais e profissionais ao longo de 50 anos. A culinária também tem lugar na programação principal deste terceiro dia de mostra, com o ensaísta norte-americano Michael Pollan que falará ao meio-dia da importância do ato de cozinhar e de fazer refeições ao redor da mesa, como bases de nossa noção atual de civilização.

Na Flipzona, programação dedicada aos jovens, estão previstas leitura dramatizada da obra de Millôr Fernandes – homenageado desta edição – por jovens de Paraty e mesas sobre imagem e texto e astronomia. Na programação infantojuvenil da Flipinha, as escritoras Bia Bedran e Marilda Castanha falam de música e literatura e, durante todo o dia, haverá musicais e peças de teatro encenadas por alunos de escolas da cidade.



Justiça quer despejar 170 indígenas Kaingang de área no PR declarada como TI desde 2007

SÍTIO CIMI, 01.09.2014

Famílias Kaingang de uma aldeia da Terra Indígena Boa Vista, próxima ao município de Laranjeiras do Sul, no Paraná, podem ser despejadas da área de dois hectares que ocupam há mais de 18 anos, por conta de uma decisão da Justiça Federal em Guarapuava, que determinou cumprimento de ordem de reintegração de posse contra a comunidade.

Na aldeia existe um posto de saúde, a Escola Estadual Indígena Kogmu José Olibio, reservatório de água e rede elétrica. "A escola atende 60 alunos, até o 9º ano. Na saúde, tem uma enfermeira da Sesai, dois agentes que visitam as famílias, um técnico de enfermagem, um carro oficial e dois motoristas. É tudo provisório, mas aqui é nossa terra, tem investimento até do governo, não podem mandar a gente embora", diz Claudio Rufino, vice-cacique da aldeia.

"A meu ver essa reintegração é ilegal", ressalta o procurador Federal da Advocacia Geral da União (AGU) em Guarapuava, Carlos Alexandre Andriola. "Os indígenas não podem sair de uma área já declarada pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional. Essa propriedade é que está dentro da TI Boa Vista".

A propriedade em questão tem 140 hectares, dos quais apenas dois ocupados pelos indígenas. A fazenda fica no coração da TI Boa Vista, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2004 e declarada com 7344 hectares em 2007 como de posse permanente dos indígenas, por meio da Portaria nº 1794, de 29 de outubro, assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro.

No entanto, de acordo com a Funai, o procedimento demarcatório está paralisado desde então e o decreto de homologação não foi expedido pela presidência porque foram interpostas cerca de 24 ações contrárias à demarcação, a maioria já julgada improcedente. O Mandado de Segurança 28.667, por exemplo, impetrado no Supremo Tribunal Federal para anular a demarcação, foi indeferido em 2010 pelo ministro Marco Aurélio Melo. Uma Apelação Cível buscando a nulidade da Portaria Declaratória também foi negada pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A Funai deu continuidade ao procedimento e os pequenos proprietários que ocupavam áreas dentro da TI começaram a ser indenizados e reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ainda em 2013. "A Funai está pagando indenizações e as benfeitorias para os agricultores de boa fé. Só no ano passado oito famílias foram reassentadas pelo Incra. Na última semana outras duas receberam os pagamentos e novos lotes", explica Sebastião Aparecido Fernandes, sertanista da Funai e um dos responsáveis pelas negociações de indenização.

CONT.



Os indígenas da aldeia que é objeto da decisão correm o risco de ser despejados nas próximas semanas. "Com 45 anos de Funai nunca tinha visto uma coisa dessas! Conceder uma liminar para despejar os índios de um lugar onde estão vivendo há tanto tempo em uma área que inclusive já foi demarcada por profissional competente! É um absurdo", completa Sebastião.

O recurso da Funai foi negado pela Justiça de Guarapuava, mas a decisão de reintegração de posse encontra-se suspensa, aguardando manifestação da parte autora da ação contra os indígenas.

Histórico

A ocupação da TI Boa Vista é imemorial para os Kaingang. Foram expulsos de suas terras entre 1950 e 1962, quando, em parceria com o governo Estadual, as Companhias de Colonização e os processos de grilagem - intensificados na gestão do governador Moisés Lupion* (1947-1951), provocaram o fim das aldeias na região.

"No ano de 1969 foram retirados os últimos indígenas que lá habitavam, mas conseguiram voltar em 1996. Hoje cerca de 170 indígenas vivem naquela aldeia", conta o procurador Andriola. "A Justiça toda sabe que aqui é do índio, mas muitos usam essa questão política para não entregar de vez nossa terra. Hoje os agricultores dizem que sem a homologação ainda tem como tirar os índios daqui", preocupa-se o vice-cacique Claudio Rufino.

Rufino conta que as ameaças aumentaram depois da ordem de reintegração. "Sábado à noite, quando um índio voltava pra aldeia, três rapazes num carro Monza chegaram perto e disseram 'Se vocês passarem pela nossa fazenda nós vamos pegar todo mundo na bala'. A gente pede a homologação há sete anos, estamos no que é nosso por direito, mas parece que a Justiça e os órgãos do governo estão esperando a gente morrer pra tomarem providências".

*Moisés Lupion é avô de Abelardo Lupion, deputado federal pelo DEM do Paraná por seis mandatos consecutivos e fundador da União Democrática Ruralista, grupo de direita reacionária que luta contra a aprovação, no Congresso Nacional, de projetos de lei a favor da reforma agrária e dos direitos indígenas.



Homenagem de Dom Erwin Kräutler à Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida
SÍTIO CIMI, 01.09.2014

Por Erwin Kräutler, Bispo do Xingu e Presidente do Cimi

Considero um privilégio ter sido convidado para, em nome dos agraciados com a comenda Dom Luciano Mendes de Almeida, proferir um discurso de agradecimento à Faculdade Arquidiocesana de Mariana. Faço-o com alegria em homenagem ao venerável Servo de Deus que fora arcebispo de Mariana, estimado e amado no Brasil e além das fronteiras da nossa Pátria.

Conheci Dom Luciano muito bem e os encontros que tive com ele marcaram a minha vida. De fato, ele irradiava uma profunda paz que contagiava a todos. Seus conselhos e sugestões partiram de um coração repleto de amor e compreensão. Nunca duvidei de que estava diante de um santo. A canonização é sempre um acontecimento "post mortem". Geralmente passam-se muitos anos até terminar o processo eclesiástico para uma mulher ou um homem chegar à honra dos altares. No entanto há pessoas que o povo, mormente o povo simples e humilde, já aclama em vida como santas, pois intui que aí há alguém que se consagrou a Deus sem nenhuma restrição ou limite e dedica sua vida aos irmãos e irmãs com um amor fraterno e generoso.

Para descrever a personalidade de Dom Luciano, penso que a melhor opção é meditar a primeira das Bem-aventuranças do Sermão da Montanha. Este sermão de Jesus relatado por São Mateus começa com uma solenidade excepcional. Não há na Bíblia outra introdução tão solene a uma prédica de Jesus ou de um dos profetas. Cada palavra tem seu peso. No original grego são sete verbos numa única frase: "E Jesus – vendo as multidões – subiu à montanha e – assentando-se – aproximaram-se dele os seus discípulos e – abrindo a sua boca – os ensinava – dizendo" (Mt 5,1-2):

Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus (Mt 5,3).

O bom Deus dotou Dom Luciano com uma rara inteligência, um raciocínio perspicaz, uma memória invejável e uma sabedoria profunda. Inteligência, raciocínio e memória são sempre dons congênitos. A sabedoria de Dom Luciano, porém, foi fruto de sua intensa e ardente experiência de Deus. Realizou em toda a sua vida o que Paulo Apóstolo escreveu aos Filipenses: "Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus: "esvaziou-se a si mesmo e assumiu a condição de servo" (Fil 2,7). Dom Luciano não nasceu pobre, fez opção pela pobreza. Viveu uma vida "franciscana" na simplicidade e modéstia e na radical obediência à vontade de Deus. Vejo hoje os ideais de Dom Luciano concretizados no seu irmão de ordem, o nosso Papa Francisco. Pobre em espírito é quem sabe que recebeu tudo de Deus ou para citar mais uma vez Paulo Apóstolo que declara: "Pela graça de Deus sou o que sou" (1 Cor 15,10). Quem se dá conta de que "tudo é graça" não se vangloria de seus talentos capacidades e

CONT.



competências e muito menos procura Ibope. Esta bem-aventurança, de certo modo, é a síntese de todas as outras. Em uma mensagem aos jovens[1] o papa Francisco se refere ao santo de quem adotou o nome quando foi eleito papa. Podemos aplicar estas palavras perfeitamente ao nosso Dom Luciano: "Francisco viveu a imitação de Cristo pobre e o amor pelos pobres de modo indivisível, como as duas faces duma mesma moeda".

Qual foi realmente a identidade de Dom Luciano? Foi pobre diante de Deus a quem amou até os recônditos de sua alma e, ao mesmo tempo, dedicado aos pobres com todas as fibras de seu coração. Sabemos como vivia cercado de mendigos já quando era bispo auxiliar de São Paulo. Existem verdadeiros fioretti sobre o amor que dedicou aos mendigos e moradores de rua. Lembro-me que uma vez o procurei na sede da CNBB. Andei pelo segundo andar onde fica a sala da presidência e perguntei a um assessor onde se encontrava o presidente. Respondeu-me: "Até poucos minutos atrás estava aqui. Não sei para onde foi. Deve estar na portaria atendendo alguns pobres que sempre vêm atrás dele".

Sabemos que existem pobres a quem falta o indispensável para viver dignamente. São pessoas que vivem, para usar uma expressão popular, "sem eira nem beira" ou "não têm onde cair mortos". Mas existe outro tipo de pobres: são pessoas excluídas da sociedade por causa de sua diversidade cultural, de sua língua, sua religião, de seu modo de viver. É-lhes negada a "identidade". Um exemplo para esta categoria de seres humanos são os povos indígenas. Esses descendentes dos primeiros habitantes da Terra de Santa Cruz sempre tiveram um lugar privilegiado no coração de Dom Luciano. Sou testemunha disso.

Há muitas histórias para contar, algumas até pitorescas. Em 1988 foram expulsos os missionários da Missão Catrimani. Dom Luciano, quando soube desta injustiça e injúria causadas a quem dedica sua vida aos índios, alterou imediatamente sua agenda e viajou a Roraima para prestar sua solidariedade aos indígenas e aos missionários. Foi extraordinário o amor que dedicou aos Ianomâmi. Ouso até afirmar que a demarcação da área indígena Ianomâmi em 1992 foi de certa maneira fruto do empenho de Dom Luciano. Várias vezes ele foi a Roraima para todo mundo saber de que lado o presidente da CNBB batalhava. Nas minhas visitas a ele em Brasília sempre achou tempo, em hora muitas vezes já adiantada para receber-me junto com o secretário do Cimi, o já falecido Antônio Brand. Às vezes cochilou de tão cansado que estava, mas mesmo assim assimilava o que nós falávamos a ele. Uma vez fomos recebidos pelo General-de-brigada Rubens Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar: Dom Luciano, Dom Aldo, bispo de Roraima, e eu como presidente do Cimi. Reivindicamos, denunciemos, propomos. Insistimos na defesa dos direitos indígenas às suas terras ancestrais. Dom Luciano estava sentado ao meu lado. De repente percebi que o sono o dominou durante a fala monótona do General. Preocupado que o General podia não gostar, desferi uma leve cotovelada a Dom Luciano. Para minha maior surpresa, abriu os olhos e com a mente mais lúcida reagiu ao que o General acabou de dizer.

Em 1987 o Cimi empenhou-se junto com os povos indígenas pela inscrição de seus direitos na nova Constituição Federal. Grandes interesses nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios e ambições inconfessáveis da parte de segmentos anti-indígenas fizeram um dos maiores matutinos do país mover uma sórdida campanha contra o Cimi. O jornal lamentavelmente se prestou a publicar documentos falsificados ou inexistentes[2]. Os inimigos

CONT.



da causa indígena, especialmente os interessados na exploração mineral em áreas indígenas, tentaram assim enfraquecer a presença do Cimi nas articulações da Assembleia Nacional Constituinte e desmoralizar de uma vez este organismo missionário vinculado à CNBB. Pretendiam com isso confundir os constituintes e facilitar a legalização do saque mineral em áreas indígenas.

Foram dias de aflição e intenso sofrimento. Fui pedir ajuda e conselho ao Dom Luciano, pois senti-me profundamente atingido pelo ódio dos urdidores desta campanha. Lembro-me perfeitamente da resposta, cheia de bondade, que Dom Luciano me deu: "Erwin, há oito bem-aventuranças. Sete você pode viver sozinho. Para a oitava bem-aventurança precisa dos outros, precisa de quem o persegue. Mas mesmo assim, sofrer 'perseguição por causa da justiça' (Mt 5,10) não deixa de ser uma bem-aventurança". Quando em 16 de outubro daquele ano fui vítima de um acidente automobilístico premeditado para tirar-me a vida[3] e passei em seguida seis semanas no Hospital Guadalupe em Belém, me recordei destas palavras do bom Dom Luciano.

No dia 14 de agosto 1987 Dom Luciano exigiu do jornal que veiculou as matérias ultrajantes o direito de resposta, responsabilizando-o por difamação e injúria por apresentar acusações baseadas em documentos falsos ou inexistentes. No dia 20 de agosto, em debate promovido pela Fundação Pedroso Horta, Dom Luciano Mendes de Almeida desmontou ponto a ponto a grande trama. Esclareceu que o matutino mentiu, distorceu fatos e funcionou como instrumento de empresas mineradoras interessadas no subsolo das terras indígenas. Quem assistiu a esse discurso no Congresso comentava depois que nunca se viu Dom Luciano tão indignado e irritado como naquela hora. Sua já proverbial calma cedeu de repente lugar a uma incisiva e intransigente exigência de reparação das injustiças cometidas contra o Cimi.

Quero encerrar esta homenagem com outra experiência que jamais esquecerei. Na noite do dia 22 de fevereiro de 1990, a diretoria do Cimi estava reunida com Dom Luciano. Foi seu último compromisso antes de partir de Brasília. No dia seguinte aconteceu aquele terrível acidente que quase ceifou sua vida. Ficou por semanas entre a vida e a morte. Em 15 de março visitei-o no hospital e ao apertar a sua mão ele me confidenciou: "Vivo uma experiência profunda de sofrimento, mas ofereço tudo pela Igreja no Brasil e pelos povos indígenas que amo com carinho!" Naquela hora me veio à mente a figura do "Servo Sofredor" do Profeta Isaías: "homem do sofrimento, experimentado na dor" (Is 53,3).

Dom Luciano terminou sua passagem por este mundo no dia 27 de agosto de 2006. "Morreu com fama de santo, como comprovam as centenas de visitas a seu túmulo, onde as pessoas depositam flores, fotografias e bilhetes, com agradecimentos e pedidos de intercessão" informou o nosso arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha quando no passado dia 15 de maio recebeu da Congregação para as Causas dos Santos autorização para iniciar o processo de beatificação do Servo de Deus Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida SJ, ex-arcebispo de Mariana nas Minas Gerais.

Acredito que sua futura beatificação e canonização fará brilhar uma luz de esperança para os povos autóctones do Brasil. Se em vida Dom Luciano ofereceu seus sofrimentos a Deus em favor dos indígenas, na glória dos céus será definitivamente seu padroeiro e intercessor.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Mariana, Minas Gerais, 27 de agosto de 2014

Oitavo aniversário de morte do Servo de Deus

Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida SJ



Convenção 169 da OIT: Consulta aos Munduruku começa amanhã, 02/09, na Aldeia Praia do Mangue

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

Tania Pacheco* – Combate Racismo Ambiental

Com 17 slides bilíngues, o governo federal teoricamente dá início amanhã ao processo de consulta prévia, livre e informada ao Povo Munduruku sobre a construção da UHE São Luiz do Tapajós. Nesta primeira etapa, apelidada de Planejamento, serão dois dias de reunião na Aldeia Praia do Mangue, Itaituba, da qual devem participar também – por decisão do Juizado da 2ª Vara Federal, Subseção de Santarém, nos é informado – os parentes da Praia do Índio, Pimentel, Km 43, São Luiz do Tapajós e, eventualmente, outros (e aí há no slide uma frase truncada que não se sabe a quem atribuir: se à decisão judicial, se a quem a digitou no power point). No convite da Secretaria Geral da Presidência constam também a Associação Indígena Pahayh's, a Pusuru, o Movimento Ipereg Ayu e o Cacique Geral do Povo Munduruku.

A apresentação prevê quatro etapas para o processo: Planejamento (esta primeira, de dois dias), Informação, Diálogo e Comunicação dos Resultados. Da área governamental, participarão a Secretaria Geral da Presidência; a Funai/Ministério da Justiça; os Ministérios das Minas e Energia e do Planejamento; e a Eletrobras. Não sei se deveria também estar presente o Ministério das Relações Exteriores, um dos principais responsáveis pelo Grupo de Trabalho Interministerial formado para estudar a regulamentação do processo de Consultas, do qual os Povos Indígenas (e a Funai, de certa forma) se retiraram em meados do ano passado. Provavelmente, não.

Aliás, considerando a saída em protesto à quebra de palavra por parte do governo federal (um dos três itens do acordo concernia a AGU 303; outro, a retomada das demarcações; e só o primeiro – encontro de lideranças com a Presidenta – foi cumprido), fico curiosa quanto a como se dará esse Planejamento, uma vez que um dos slides afirma, corretamente, que o processo envolve “um diálogo de boa-fé”...

Também fico curiosa com relação ao poder informativo desses 17 slides (na verdade, não são 17, na medida em que há a ‘capa’ e um ‘fecho’ com as armas da República) para embasar um planejamento sobre algo tão sério. E fico ainda mais preocupada ao considerar esse de número 4, que não por acaso reproduzi acima. A pergunta é razoável: “Por que consultar?”. Já a resposta... Busca-se a autoridade moral de James Anaya (ex-Relator de Direitos Indígenas da ONU) para legitimar uma resposta totalmente absurda usando-se uma frase fora de seu contexto.

Quer dizer então que o Estado tem o dever de consultar por reconhecer as condições historicamente desfavorecidas dos Povos Indígenas? Coitadinhos! Pois eu jurava que a Convenção 169 da OIT seguia por outro caminho, falando em sujeitos de direitos, e não de pobre vítimas “desfavorecidas”!

A forma como aparecem nos slides a decisão da Justiça e a menção à Ação Civil Pública nº



3883-98.2012.4.01.3902 de certa forma deixam clara a 'saia justa' do governo federal. E sugerem, aliás, uma pergunta para mim fundamental: onde está a 6ª Câmara nisso tudo? Espero que o Ministério Público Federal no Pará, dos mais aguerridos deste País na defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, esteja lá presente, lado a lado com os Munduruku, aos quais tem a incumbência constitucional de defender.

Esta tarde recebi e divulguei um ótimo texto sobre a Convenção 169 e sua aplicabilidade: Convenção 169 da OIT: "Quando a forma determina o conteúdo", por Joaquim Shiraishi Neto. Sugiro sua leitura. E me permito sugerir igualmente a leitura de dois documentos que podem ser baixados a partir daqui. O primeiro é uma Nota Técnica da Funai, de 7 de novembro de 2013. O segundo, o Memorando 244/2013, redigido com base em dados da Nota e encaminhado pela Presidente interina (até quando, Catilina?) da Funai, Maria Augusta Assirati, ao Ministro da Justiça. Os dois dizem e repetem de formas variadas a mesma coisa que Joaquim Shiraishi Neto e outras pessoas estudiosas e de bom senso afirmam: a Convenção 169 não necessita de regulamentação para ser aplicada. Necessita, sim, de respeito.

Mas os dois documentos vão mais longe que isso. Chamo a atenção, antes de mais nada, para o fato de que a Consulta aos Munduruku é mencionada nas páginas 5 e 6 da Nota Técnica, itens 27 a 29, sendo que nesse último os dois departamentos da Funai responsáveis pelo documento afirmam terem "total interesse em realizar as atividades informativas" sobre os direitos dos indígenas.

Da maior importância é o item "Consulta e Consentimento" (24, na Nota Técnica, e V no Memorando) onde chama-se a atenção para o fato de que há casos para os quais "a própria Convenção 169 da OIT e a jurisprudência internacional do sistema ONU e OEA de Direitos Humanos preconizam a exigência, além da consulta, do consentimento, ou aceite indígena". E eles são mencionados.

Cabe ressaltar, igualmente, a parte relativa ao Congresso Nacional e ao fato de ele também estar obrigado a consultar os povos indígenas (cita-se aqui diretamente a Convenção 169) "sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente". A conferir no item IV do Memorando ou nos itens 18 a 22 da Nota Técnica.

Para encerrar, o item VII do Memorando é todo ele sobre Características e Etapas de um Processo de Consultas (também presente no item 30 da Nota). Os 17 slides da Secretaria Geral não parecem se encaixar bem no que preconiza a Funai...

Não preciso dizer que estou preocupada pelos Munduruku. Preocupada e impotente. Sei do valor e da coragem deles. Sei também da seriedade e coragem da Procuradoria da República no Pará. Que juntos eles consigam defender a cultura, as tradições e o direito à vida digna dos Munduruku. E, como parte intrínseca a essa vida, o próprio Tapajós. Fazendo isso, estarão também falando em nome da dignidade de todos nós.

*Com documentos fornecidos por Marquinho Mota, a quem agradeço. Para baixar os slides, clique AQUI.

<http://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2014/09/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Plano-de-Consulta-Tapaj%C3%B3s-24.08FINAL.ppt>



Quilombolas do São Francisco elaboram documento com propostas para educação e melhor uso das águas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio do São Francisco

Mais de 30 comunidades quilombolas da bacia do rio São Francisco estiveram reunidas, entre os dias 27 e 29 de agosto, em Bom Jesus da Lapa-BA. O evento, organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio do São Francisco-CBHSF, contou com a participação de cerca de 150 representantes de quilombos baianos e dos estados de Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco. O debate culminou em um documento com reivindicações e propostas de melhorias em diversas áreas como educação, cultura e uso da água do Velho Chico.

Uma das reivindicações dos quilombolas foi a fiscalização e a efetiva implementação da lei 10.639/03 (que estabelece o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas) e melhores condições de desenvolvimento educacional dentro das comunidades. Ainda sobre educação foi exigido que os municípios priorizem os professores de origem quilombola nas escolas situadas nos quilombos e que os laboratórios de informática sejam melhor utilizados, possibilitando aos estudantes acesso às novas tecnologias.

De acordo com a professora Iane Arcanjo Teixeira, da Escola Municipal Elgino Nunes Souza, localizada na comunidade quilombola Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA), "as unidades de ensino não disponibilizam internet e nem incentivam seus alunos a utilizarem as salas de informática", critica.

O quilombola e coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco, Claudio Pereira, destaca que a educação voltada para as comunidades quilombolas ainda não atende às necessidades do povo da bacia do Velho Chico. Isso se refletiu na ênfase dada ao tema na plenária que durou três dias. "A educação que está sendo implantada ainda não está atendendo às nossas demandas. Elas estão aquém das reais necessidades", afirma o coordenador.

Águas do Velho Chico - Por conta da falta de recursos hídricos, da estiagem prolongada e da degradação do meio ambiente, outra sugestão documentada pelos quilombolas é que haja maior fiscalização do uso das águas do rio São Francisco no que se refere às adutoras e, que sejam revistas as outorgas de uso da água ao longo do rio.

O documento, que foi elaborado no 1º Seminário Situacional das Comunidades Quilombolas da Bacia do Rio São Francisco, aborda assuntos em eixos como a regularização fundiária; organização sócio-cultural; políticas públicas para as comunidades quilombolas; impactos dos grandes empreendimentos; e o Pacto pelas Águas. Assim que finalizado, o relatório com as propostas será publicado no portal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CONT.



Marco - Claudio Pereira avalia que a participação e colaboração de todos os envolvidos foi “muito produtiva” e garante que o relatório chegará às mãos de todas as autoridades competentes para possíveis encaminhamentos. Ainda na avaliação de Pereira, a história dos quilombos da bacia do São Francisco ganha um novo marco com esse documento.

Além do documento, a cidade de Bom Jesus da Lapa já é marcada por outras decisões importantes para os quilombolas, a exemplo da criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas – Conaq, conforme afirma sua integrante, Edna Paixão. “Há 18 anos, a Coordenação foi criada exatamente aqui e, participar desse seminário no mesmo lugar, mostra a evolução e persistência do nosso povo. Por isso essa cidade, mais uma vez, é singular para nós”, comenta Paixão.

Além das comunidades quilombolas, diversas instituições participaram do evento como a Fundação Cultural Palmares/MinC, a Secretaria Municipal de Políticas Especiais de Bom Jesus da Lapa, a Universidade Estadual da Bahia, as Câmaras de Vereadores de Paratinga e Serra do Ramalho, as Coordenações Regional Estadual de Quilombos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, a agência delegatória do Comitê do São Francisco e a empresa que cuida da comunicação institucional do colegiado, respectivamente, AGB Peixe Vivo e CDLJ Publicidade.

O próximo seminário

Seguindo sugestão do coordenador da CCR, os participantes do encontro definiram a data para o II Seminário Situacional das Comunidades Quilombolas do Velho Chico e esperam que seja um evento organizado pelo CBHSF anualmente. A ideia inicial é que seja realizado entre os dias 26, 27 e 28 de agosto de 2015, em Alagoas.



BA – Pescadores e Pescadoras de Remanso e Pilão Arcado intensificam defesa da pesca artesanal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

Irpaa

Diversas comunidades ribeirinhas dos municípios de Remanso e Pilão Arcado ainda tem a pesca no Rio São Francisco como principal atividade produtiva. Desde a construção da Barragem de Sobradinho, a presença do peixe no rio já diminuiu consideravelmente, mas a pesca ainda é um importante complemento na renda de muitas famílias. Paulo Alves dos Santos e Rosália Alves, pescador/a de Pedreiras, em Pilão Arcado, dizem que nem imaginam a vida na comunidade se a pesca chegar a não existir mais.

Segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, a falta de peixe, principal problema hoje da pesca artesanal decorre da degradação do rio, a exemplo do desmatamento, poluição, pesca ilegal, ocupação das lagoas marginais pela irrigação e retirada de água das mesmas, entre outras causas, tudo isso aliado à falta de fiscalização do Estado.

De uns anos para cá, o investimento na criação de peixes em cativeiros tem crescido, especialmente na região do Lago de Sobradinho. A piscicultura vem sendo incentivada pelo Governo do Estado e Federal, através de órgãos como a Bahia Pesca e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Porém, para muitas organizações populares, a exemplo das associações de pescadores/as, esta é uma forma de tirar a liberdade da/do pescador/a artesanal que sempre teve autonomia em seu território pesqueiro e agora se depara com normas que são próprias de uma visão empresarial. Os peixes são criados em tanque-redes dentro do rio, à base de ração, devendo a área ficar reservada para a atividade e dificultando assim o acesso de embarcações usadas pelos pescadores/as artesanais.

A crítica principal é quanto à forma como a piscicultura vem sendo implantada na região, sem respeitar a autonomia das/dos pescadores/as. O problema é o avanço do hidronegócio sobre a produção de base familiar, pontuam as/os pescadores/as preocupados com os rumos da atividade pesqueira na região. De acordo com Antônio Tarcísio, do CPP, mesmo não havendo estudos detalhados sobre o impacto que a piscicultura pode causar no ecossistema do rio, é preciso ter cuidado, pois é um tipo de intervenção no rio. “As áreas podem entrar em conflito com áreas tradicionais da pesca (...) isso pode impactar na dificuldade de acesso dos pescadores [artesanais] a essas áreas”. O aumento desta atividade sem um controle e sem a participação dos/as pescadores e pescadoras nesta discussão pode causar um conflito futuro, pontua o CPP.

De acordo com o Ministério da Pesca, 154 milhões de toneladas de pescado são produzidas anualmente no mundo. Com a ampliação da piscicultura, especialmente nos reservatórios de usinas hidrelétricas do país, a expectativa é que em 2030 mais 100 milhões de toneladas possam se somar a este quantitativo, visando dá conta da demanda mundial.

CONT.



"As águas tão sendo privatizadas", diz pescadora

Assim como o latifúndio da terra, a concentração do poder econômico também exerce influência sobre as águas. Em Remanso, as/os pescadores relatam com indignação a ação de grandes proprietários de terra que vem dificultando a pesca artesanal. "A gente tá numa situação um pouco difícil aqui na região do Rio São Francisco, porque a gente não tem liberdade (...), a gente quando chega que encosta, chega o fazendeiro com a arma na mão montado no seu burro ou no seu bom carro e manda nós se arretirar da beirada do rio, se arretirar dali da propriedade dele", relata o pescador remanse Francisco Inocêncio. "Eles fazem as boas cercas, tiram o arame até em certas posições, a gente vai põe a linha e termina perdendo a linha [de pescar]. A gente não pode ir cobrar do dono da cerca porque se a gente for, ele chama a polícia pra nós, vão dizer que nós estamos agredindo eles", denuncia.

"Tem lugares aí que pra pescar tem que ser na ficha, as águas tão sendo privatizadas, tem lugar que o fazendeiro não deixa pescador encostar", desabafa Lucília Freitas, secretária da APPR. Consciente da necessidade de lutar pela garantia da tradição e fonte de renda, sua mãe D. Lúcia prevê: "Se nós não defendermos nosso território, nós não vamos nem poder chegar perto do barco". S. Francisco Inocêncio completa: "a gente precisa de uma oportunidade porque o pescador é ser humano".

Fortalecimento da luta popular

A Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso – APPR tem uma posição clara: "Nós não queremos psicultura, nós queremos nossa origem, fortalecer nossa pesca artesanal", expõe a pescadora associada Lúcia Freitas. Há seis anos, a APPR tem provocado mudanças significativas na vida de cerca de 30 famílias que diretamente estão envolvidas no beneficiamento do pescado e que afirmam viver bem a partir da tradicional pesca herdada de seus antepassados. "Eu vou morrer defendendo a pesca artesanal, que foi de onde eu vivi, criei meus filhos", diz emocionada D. Lúcia.

Também com o intuito de intensificar a defesa da pesca artesanal, no dia 15 de agosto, a comunidade de Pedreiras, em Pilão Arcado, fundou a Associação Produtiva de Pescadoras e Pescadores Artesanais de Pedreiras e Adjacências. Assim como a APPR, a entidade possui maioria de mulheres, contando apenas com um ou dois homens que tem participação ativa.

Os dois municípios contam com representações no Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras – MPP e hoje assumem a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, que vem coletando assinaturas para apresentar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para garantir o direito das/dos pescadores artesanais.

A partir de uma relação de respeito com o meio ambiente, a pesca artesanal fornece 70% do pescado de todo o país, mantendo o princípio básico de uma alimentação saudável, além da história e cultura das comunidades. De Pilão Arcado, por exemplo, hoje sai ainda um quantitativo grande do peixe consumido na Bahia, em especial o pescado, dourado, piranha, mandim, curimatã, piau, dentre outros. "Nós aqui do São Francisco enche a mesa dos grandes", ressalta D. Lúcia ao defender a vida do rio e atividade que exerce há décadas.



Nonsense: Tribos indígenas isoladas são incluídas como atração em pacotes turísticos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

Ativistas pelos direitos dos indígenas denunciam que guias estão incluindo no roteiro de passeio áreas onde vivem essas tribos isoladas

Redação O Povo Online

Uma tribo indígena isolada na Bacia Amazônica, próximo à fronteira entre o Brasil e o Peru, é atração em tours ilegais para turistas, de acordo com informações do site UOL. Ativistas pelos direitos dos indígenas denunciam que guias estão incluindo no roteiro de passeio da região áreas onde vivem essas tribos isoladas.

A Federação Nativa Nacional do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad) recebeu relatos dos encontros recentes entre turistas, que deixam objetos e até roupas nas margens do rio, e indígenas da tribo mashco-piro, na região de Madre de Dios. A área é de floresta densa, no Peru, e os ativistas esperam pela intervenção do governo peruano para resolver o problema.

Situações como essa são investigadas já há dois anos pela Survival Internacional. Os ativistas pelos direitos indígenas já usaram o disfarce de turistas e contrataram guias questionando a possibilidade dos passeios serem realizados na região da tribo mashco-piro, confirmando que essa espécie de "safári humano" é bastante comum.

A reserva de Madre de Dios, habitat das tribos isoladas, possuía uma área de 20 mil quilômetros para preservar o modo de vida dos indígenas. No entanto, a área é atualmente reduzida em 7.700 mil quilômetros quadrados.

As entidades que reivindicam os direitos indígenas esperam que o governo peruano reforce a fiscalização sobre os turistas, fortaleça equipes de guarda, e, ainda, que amplie a área de proteção.



Convenção 169 da OIT: “Quando a forma determina o conteúdo”, por Joaquim Shiraishi Neto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.09.2014

convenção 169 Por Joaquim Shiraishi Neto*, em Combate Racismo Ambiental

Em tempo de grandes empreendimentos na região amazônica muito se discute sobre a necessidade da definição de regras “claras” e “objetivas” acerca do que chamam “regulamentar” a Convenção nº 169 da OIT, que trata dos povos indígenas e tribais (promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 10 de abril de 2004), sobretudo a parte da Convenção relacionada aos procedimentos dos direitos de participação e consulta prévia relacionados a esses grupos.

É de se estranhar tal movimentação, que destoa das posições jurídicas tradicionais, pois não custa lembrar que, no Brasil, todo Tratado Internacional acordado é incorporado à ordem jurídica após a promulgação presidencial, tendo aplicação imediata, prescindindo de qualquer tipo de regulamentação para a sua vigência, validade e aplicação.

No caso específico da Convenção nº 169 da OIT, urge reafirmar que não se trata de qualquer Tratado, mas de um documento cujo conteúdo está prenhe de Direitos Humanos, igualando-o aos demais dispositivos do rol de direitos fundamentais inscritos na Constituição Federal de 1988. Todavia, não custa recordar que essa Convenção é parte de um conjunto de dispositivos internacionais acordados pelo Brasil vinculados à proteção das chamadas minorias e por isso mesmo a sua leitura deve estar em parêntese com outros Tratados, como é o caso da Convenção sobre o Genocídio (Lei nº 2.889, de 1.º de outubro de 1956).

Assim, não há o que se regulamentar da Convenção nº 169; deve-se aplicá-la de forma imediata, garantindo aos povos indígenas e tribais os direitos nela contidos. Contudo, não se pode esquecer que desde a sua promulgação, em 2004, o governo e a sociedade vêm somando esforços no sentido de incorporar a Convenção, delimitando a sua extensão e conteúdo, uma vez que no Brasil não há “povos tribais” no sentido estrito do termo. O significado “tribal” deve ser considerado “lato sensu” envolvendo os grupos sociais emergentes organizados em movimentos sociais (como: os seringueiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, catadoras de mangaba, comunidades de fundo de pasto, dentre outros),[1] tal como dispõe o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

Se não se impõe como juridicamente necessário regulamentar os dispositivos relativos ao processo de participação e consulta prévia contidos na Convenção nº 169, a questão que se coloca para a reflexão é: Quais as implicações da regulamentação e, consequentemente, os interesses em jogo?

A utilização do direito como instrumento de mediação em uma sociedade múltipla e complexa

CONT.



é enfatizada por diversos intérpretes. Tal interpretação ganha força com o desmantelamento do Estado Social brasileiro, que ruíu antes mesmo de ser implantado. Para essa compreensão, que alça o direito ao centro das relações, os instrumentos jurídicos teriam a capacidade de ampliar os espaços de participação e a resolução consensual dos problemas. Isso afastou os conflitos, tidos como prejudiciais à sociedade, que se descobre. Contudo, ignoram que esse direito embora tenha pretensão de universalidade, é o direito de uma única comunidade – daquela que sempre deteve o monopólio da produção jurídica –, o direito praticado usurpou deliberadamente o direito dos demais grupos sociais, não representando, portanto, o interesse dos “povos indígenas e tribais”, que somente entraram em cena na última década (decorrente do intenso processo de mobilização política, a exemplo das quebradeiras de coco e das catadoras de mangaba cuja existência social foi reconhecida através da Lei do Estado do Maranhão nº 9.428, de 2 de agosto de 2011, e da Lei do Estado de Sergipe nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010).

Dessa forma, acreditar na regulamentação da participação e consulta prévia como forma de fazer valer o direito fundamental contido na Convenção por meio desse direito, é pactuar com as regras previamente estabelecidas que sempre se mantiveram distantes de qualquer forma de participação e consulta, fora do controle da sociedade; significa acatar as interpretações hermenêuticas ditadas a priori, sem nenhum tipo de controle das suas definições.

Por fim, pactuar com o argumento da necessidade da regulamentação do direito de consulta prévia significa retornar às velhas práticas de usurpação da fala em prol da legitimidade. Quando a forma determina o conteúdo.

-

[1] Sobre esse processo, que se encontra referido a um campo jurídico de disputas, remeto a SHIRAIISHI NETO, Joaquim. 2ª ed. Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil. Manaus: edições UEA, 2007.

* Professor visitante do Programa de Pós em Direito da UFMA. Pesquisador da Fapema e CNPq. Bolsista Produtividade CNPq nível 2.

-

Enviado para Combate Racismo Ambiental através de Liana Amin Lima.



Canoada vai se despedir da Volta Grande do Xingu

SÍTIO ISA, 01.09.2014

Canoada Bye Bye Xingu irá percorrer trecho impactado por Belo Monte e promover diálogos sobre o futuro da Amazônia. Serão mais de 100 km em canoas tradicionais guiadas por indígenas e ribeirinhos

A Volta Grande, um trecho de 100 km de um dos mais belos e importantes rios brasileiros, o Rio Xingu, será barrada para abastecer a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Para despedir-se de uma paisagem que será definitivamente transformada quando Belo Monte entrar em operação, o ISA e a Associação Indígena Miratu Yudjá Xingu (Aimyx) programaram a canoada Bye Bye Xingu. Sem fins lucrativos, a canoada é ativista e irá reunir entre os dias 7 e 11 de setembro indígenas, pescadores, ribeirinhos e ativistas de várias regiões do Brasil. Promoverá assim, um encontro de pessoas com modos de vida distintos e que acreditam na importância da valorização da diversidade socioambiental do Brasil.

Instalada em uma região da Amazônia praticamente à margem do Estado, Belo Monte tem se tornado símbolo de inadimplência socioambiental. A canoada busca chamar a atenção para os problemas que os povos e comunidades do Xingu enfrentam há mais de 30 anos, quando a possibilidade de construção de uma usina na região foi anunciada. A proposta é promover um diálogo diferente com quem se dispuser a vir para Altamira e seguir em uma viagem pela cultura local e impactos da construção da terceira maior hidrelétrica do mundo.

O percurso

A preparação começa dia 7 de setembro, no Centro de Formação Bethânia, um espaço que pertence a Prelazia do Xingu e fica a 7 km do centro de Altamira. É lá que os participantes receberão as primeiras instruções dos guias locais e organizadores da expedição.

A largada será na manhã do dia 8 de setembro. A partir das 6h30 os participantes estarão reunidos no porto de Altamira. Serão três dias de remada, 112 km percorridos em canoas tradicionais da região, guiadas por indígenas, ribeirinhos e pescadores experientes na navegação no Xingu.

As canoas irão passar em frente a barragem principal do rio e ao sítio Pimental, canteiro de obra onde está sendo erguida a casa de força secundária da usina e ao lado do mecanismo de transposição terrestre de barcos, que tem sido avaliada como um transtorno para as comunidades afetadas.

A expedição vai beirar a TI Paquçamba, território do povo Juruna e passará pela região da cachoeira Jeriquá, um dos mais belos trechos da Volta Grande, formado por cachoeiras, pedrais, bancos de areia e ilhas. Confira no mapa abaixo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Rodas de conversa sobre impactos da hidrelétrica em Terras Indígenas, alternativas energéticas e o futuro da Amazônia vão acontecer todas as noites durante a expedição. A primeira delas vai contar com a presença do ambientalista do Greenpeace Ricardo Baitelo.

Os participantes da canoada

As pessoas que se interessaram em participar da canoada vêm de várias regiões do Brasil, preocupadas com o rio e os povos do Xingu, e com as decisões políticas que envolvem o futuro da Amazônia.

Para poderem participar, fizeram uma pré-inscrição no site do evento, que foi submetida à avaliação dos organizadores.

Cada participante pagou uma taxa de inscrição para cobrir os custos logísticos da atividade como locação e transporte das canoas, fabricação de remos, alimentação e hospedagem. Vale lembrar mais uma vez que a canoada não tem fins lucrativos.

Serviço

O que: Saída da Canoada Bye Bye Xingu

Quando: 8 de setembro, à partir das 6h30.

Onde: Orla de Altamira, em frente ao colégio Maria de Mathias

Organização: ISA e Aimyx

Informações para a imprensa:

Letícia Leite – jornalista do Programa Xingu-ISA

(61)8112-6258// (93)3515-5749



Pronatec leva capacitação profissional a aldeias indígenas no Acre

SÍTIO PÁGINA 20, 02.09.2014

Comunidades indígenas de Feijó e Tarauacá, municípios acreanos, recebem pela primeira vez aulas de capacitação profissional oferecidas pela Rede Federal. O benefício chegou as aldeias Nova Morada, em Feijó, e Caucho, em Tarauacá, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), coordenado pelo Instituto Federal do Acre (IFAC).

A oferta dos cursos para estas comunidades foi uma solicitação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nos municípios e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atendendo pedido da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF). Desta vez, foram preenchidas 120 vagas nos cursos de Avicultura, Fruticultura e Agricultura familiar.

Para que a participação destas comunidades fosse possível, equipes formadas por professores, supervisores e apoio se deslocam até as aldeias sempre aos finais de semana (sexta, sábado e domingo).

“O fato de eles não terem que sair da aldeia para irem estudar na cidade é o que mais eles agradecem. Estamos vendo o esforço e o interesse deles em apreender em todas as aulas”, relatou Regiane dos Santos, supervisora dos cursos de Fruticultura e Agricultura familiar, na aldeia Nova Morada.

Na Aldeia Caucho, onde vivem 830 Kaxinawás, os servidores se dizem motivados a trabalhar, apesar da dificuldade de acesso. A comunidade fica a 29 km da área urbana de Tarauacá, as margens do Rio Muru.

Além de receberem a capacitação nos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, com carga horária de 200 horas, os 120 alunos recebem uma bolsa auxílio no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), dividida em parcelas que são pagas a cada 15 dias de aula. Os estudantes também recebem um kit formado por uma bolsa, farda, material escolar e de higiene pessoal.

Da Assessoria



Governo amplia assistência técnica para indígenas

SÍTIO SERCONTEL, 02.09.2014

Mais de 1,5 mil famílias indígenas que vivem no estado do Amazonas serão beneficiadas por uma nova chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Estão contempladas nove etnias: Apurinã, Torá, Munduruku, Mura, Parintintin, Tenharim, Pirahã, Diahui e Sateré-Maué.

As comunidades que serão atendidas fazem parte do Território da Cidadania Madeira, no Amazonas, que é composto pelos municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. A chamada pública vai selecionar as entidades que executarão os serviços nesses locais para famílias indígenas.

Segundo o coordenador de Políticas para Povos Indígenas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Luis Fernando Machado, a chamada pública é sinônimo de melhoria para a vida e a produção de todos. "O processo de construção e o lançamento da chamada são resultados da parceria desenvolvida entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), que vem atuando conjuntamente no planejamento e execução de ações na área de inclusão produtiva rural", completou.

A chamada pública, do MDA, prevê o planejamento, a execução, a avaliação e o controle social, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, incremento da renda e a inclusão produtiva e social dessas famílias.

As entidades interessadas deverão encaminhar suas propostas ao MDA até 8 de outubro deste ano, uma vez que a chamada estabelece o prazo de 45 dias, contados da sua data de publicação no Diário Oficial da União.



Delegado diz que é tenso clima em área de disputa de terras em MS

SÍTIO G1, 02.09.2014

Segundo ele, há boletins de ocorrência de ameaça e furto. PF já foi informada sobre a situação em Sidrolândia.

O delegado de Polícia Civil Enilton Zalla, avalia como tenso o clima na região conhecida como Buriti, em Sidrolândia, distante 64 quilômetros de Campo Grande. "A situação está tensa na região", fala ao G1 a autoridade policial, sobre a área onde há índios e fazendeiros.

A autoridade policial informou à Polícia Federal (PF) sobre a situação no local na sexta-feira (29) e pediu a presença de agentes na região. A PF confirma o recebimento de comunicação feita pelo delegado.

Zalla explica que tem sido constante o registro de ocorrências envolvendo índios e fazendeiros, mas não relacionadas ao conflito agrário. Uma das situações aconteceu entre quarta e quinta-feira (27 e 28).

A polícia esteve na fazenda Água Clara para levantamentos para dar cumprimento a ordem judicial e prendeu quatro homens que estavam armados na propriedade e também um índio que portava uma espingarda calibre 32.

Como os policiais não estavam fardados nem com viatura caracterizada, os terena pensaram que o indígena havia sido sequestrado, invadiram a propriedade e saíram de lá no dia seguinte pela manhã. Parte da sede da fazenda, um galpão e uma ponte foram incendiados. Os índios negam envolvimento com o incêndio.

Ameaças

No sábado (30), indígenas da aldeia Água Azul denunciaram à Polícia Civil que tinham sido ameaçados por um fazendeiro. De acordo com Zalla, no domingo (31), outro homem foi preso na Água Clara com revólver calibre 38 com 9 munições.

Conforme o delegado, na sexta-feira (29), foi feito boletim de ocorrência envolvendo o cacique da aldeia Buriti e da aldeia 10 de Maio. Segundo Zalla, um ameaçou invadir a área do outro.

Outro crime registrado na região, segundo o delegado, é o furto. Ele cita furto de gado e de poste de cerca. "Fizemos um levantamento na região e rastros na estrada e manchas de sangue [de animais abatidos] indicam para as aldeias", diz. Os casos estão em investigação.

Conflito

Índios e produtores rurais brigam judicialmente por terras na região Buriti. Em maio de 2013, o terena Oziel Gabriel morreu durante conflito com a PF em meio à tentativa de reintegração de posse.



Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ realizará sua 5ª Assembleia Geral
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ – Entre os dias 18 a 21 de setembro do corrente ano, será realizado na aldeia Irepxi, nesta terra indígena, a 5ª Assembleia Geral da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ. Estamos aguardando pelo menos 250 participantes, entre Caciques, lideranças, membros dos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal da Associação PEMPXÀ. Estão sendo convidados também as entidades parceiras, os representantes das Organizações da Sociedade Civil, dos órgãos Públicos e os caciques e lideranças dos povos Krahô (TO), Xerente (TO), Krikati (MA), Gavião (MA) e Kayapó (PA).

Durante os três dias, as questões relacionadas ao Território, a Saúde, a Educação, a Sustentabilidade e o Programa Básico Ambiental, PBA-Timbira estarão na pauta de discussões dos participantes do evento.

Este será um importante momento de debates e discussões sobre os sérios problemas sociais, ambientais, culturais e políticos que estamos enfrentando, em razão da implantação dos chamados “projetos de desenvolvimento” no entorno e dentro do Território Apinajé. Debateremos a constante pressão de caçadores, pescadores, madeireiros, arrendatários e outros invasores sobre o Território Apinajé.

Buscaremos analisar a atual conjuntura da política indigenista do governo e as ameaças contra os Direitos Constitucionais dos Povos Indígenas no Brasil, materializadas em propostas como a PEC 215/2000 e a ofensiva dos ruralistas na Câmara e Senado Federal.

A questão do atendimento à Saúde e a proposta de criação do INSI-Instituto Nacional de Saúde Indígena para substituir a SESAI-Secretaria Especial de saúde Indígena, serão também abordados. Na segunda-feira, dia 21/09, último dia da assembleia será realizado a eleição da nova diretoria para o triênio 2015/2018. O encerramento está previsto para à tarde desse mesmo dia.

Tocantinópolis – TO, 02 de setembro de 2014



Argentina: Indígenas wichís presos iniciam segunda greve de fome por liberdade
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

Adital – Avelino Tejada, presidente da Associação Civil Satuktes, que compreende todo o território de San Martín, no oeste de Formosa, juntamente com seus irmãos wichís Esteban, Manuel, Rogelio e Ricardo iniciaram uma segunda greve de fome para reclamar sua liberdade. Segundo informações do blog Librerita, doentes e agredidos, os cinco estão presos na Prefeitura de Las Lomitas há um mês e nunca receberam tratamento médico, mas lhes dão, sem nenhum controle, medicação para as dores.

O governo é acusado de atacar a Comunidad Wichí Cacique El Colorado. Os irmãos Tejada vinham denunciando há anos as intromissões, mas nunca prestavam atenção em suas denúncias, segundo expressaram membros da comunidade. Em 28 de julho passado, o grupo privado que ameaçava invadir o território indígena se encontrou com a resistência dos irmãos Tejada. Ocorreu, então, uma forte repressão policial e os indígenas foram presos.

Avelino já fez uma greve de fome, tem dores nas costas e, possivelmente, pelo que comentaram familiares que o visitaram, infecção urinária. Em 28 de julho, quando foram atacados em sua comunidade por 70 policiais guiados, segundo relatam as testemunhas, por um funcionário do Instituto de Comunidades Aborígenes (ICA), Moisés Fernández, e outras duas pessoas civis, María Ortíz e Jerson Paulos, os irmãos foram agredidos juntamente com suas mulheres e filhos, trataram de levar um bebê recém-nascido e destruíram as casas. Ricardo Tejada teria recebido tantos golpes e balas que ficou internado por três semanas acorrentado à cama, no Hospital Central de Formosa, e depois de operá-lo, o levaram para passar seu pós-operatório na prisão.

Os indígenas wichís defendem que o ICA deve passar por uma intervenção, assim como o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI). Suas autoridades e funcionários estariam percorrendo as comunidades de todo San Martín, sem sua presença consulta nem autorização, violando Tratados Internacionais, a Constituição e Leis, guiados por um representante do governo, Isaías López.

Econía Álvarez é um ancião Wichí, que vive com sua família, umas 10 pessoas, às margens de Pilcomayo, na zona de San Martín Viejo, que, em determinadas época é inundado e a maioria das pessoas abandona o local, mas, em todos os verões, na lua das colheitas, elas voltam para viver com o rio e colher. Já várias vezes sofreu atentados, querem matá-lo porque não permite que colonos se aproximem. Ele denuncia que funcionários do ICA e INAI percorrem a zona com a desculpa do levantamento territorial, para gerar uma demarcação expulsadora das comunidades.

As mulheres e os filhos dos irmãos Tejada detidos são obrigados a mendigarem por comida, porque não têm o que comer. "Quando soube que os atacaram fui ao lugar com algo de

CONT.



comida, não levei leite, as crianças choravam de fome, a mãe pegou um saquinho de açúcar e com uma colher misturou com água e deu às crianças, esse foi o leite” contou a tia dos presos.

No Congresso da Nação, há três semanas, foi realizada uma Audiência Pública, pelo que está acontecendo com essa comunidade; funcionários e deputados se comprometeram a ir à zona, mas a realidade é que um mês depois do ataque, as famílias continuam sem comida, as crianças sem atenção médica. Somente o advogado dos irmãos Wichí, Daniel Cabrera, juntamente com outros advogados que o acompanham, apresentaram recursos de Habeas Corpus pelas vítimas, mas teriam sido fraudulentamente rejeitados.

Uma campanha está sendo levada a cabo pedindo a liberdade dos irmãos Wichí presos. Fotos com o cartaz pedindo liberdade eles estão circulando. Os organizadores da campanha pedem que o material seja traduzido, impresso e distribuído. Orientam que as pessoas liguem para a Prefeitura de Lomitas (telefone 03715 432900), para perguntar pelos irmãos. “Sair à rua para informar os demais, pedir que se somem, inundar as redes, exigir apoio dos meios que se dizem comunitários e alternativos”. A campanha afirma ademais que o caso dos irmãos Tejada não é policial, é um caso testemunho do plano sistemático de extermínio indígena, expulsão de territórios, apropriação e concentração da terra para sua exploração devastadora.



Colônia de Pescadores recorrerá ao MPF contra fraude no bolsa-pesca

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

Anderson Sotero – A Tarde

O presidente da Colônia de Pescadores Z-70, em Muquém do São Francisco, Jailson dos Santos, afirmou, na segunda-feira, 1º, que vai solicitar do Ministério Público Federal (MPF) que faça uma intermediação com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para evitar que falsos pescadores, os chamados “pé limpo”, consigam registros.

A ideia, segundo Jailson, é que servidores do MPA acompanhem in loco o registro de novos pescadores profissionais artesanais através da colônia para evitar novos casos de fraudes.

“Não vou ficar fazendo carteira de quem não é pescador”, disse.

No último domingo, A TARDE publicou reportagem sobre o caso de Ibotirama, onde, segundo pescadores, são registradas pessoas que não exercem a profissão, a fim de receber o Seguro-Defeso, que é pago durante a piracema (quando a pesca é proibida).

Em Muquém, Jailson suspendeu a confecção de novos registros por conta de ameaças de “pescadores de pé limpo”, apelido dado àqueles que nunca pescaram.

Documentação

Desde a última quarta-feira, o Ministério da Pesca, responsável pelo registros gerais de pesca (RGP), foi procurado pela reportagem de A TARDE por telefone e e-mail, mas até ontem as solicitações não haviam sido atendidas.

A Controladoria Geral da União (CGU), o MPF e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também foram procurados ontem após as denúncias mostradas por A TARDE, mas, até o fechamento desta edição, não responderam à solicitação.

“Vou apresentar documentação no Ministério Público Federal para que venha solicitar ao Ministério da Pesca para fiscalizar e trazer gente para acompanhar a confecção da carteira”, acrescentou Jailson.

O presidente da colônia Z-70 afirmou também que só fará novos RGP em março do próximo ano. De novembro a fevereiro, durante a piracema, segundo ele, não é permitido.

Desde 2011, Jailson está na presidência da Colônia de Pescadores Z-70. Ele conta que enfrentou “empecilhos” em sua gestão.

“Eram os falsos pescadores e alguns políticos que queriam intervir e fazer a carteira. Não posso citar nomes enquanto não tiver a certeza que estarei em plena segurança”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Investigação

De acordo com a assessoria da Polícia Federal na Bahia, as supostas irregularidades estão sendo investigadas em dois inquéritos policiais.

Um deles apura fatos ocorridos em Ibotirama, Muquém do São Francisco, Barreiras e Riachão das Neves. Outro, fatos ocorridos em Carinhaha.

“Na fase atual de apurações, a PF não pode fornecer maiores detalhes para não comprometer a eficiência das investigações”, destacou a assessoria.

A PF informou, ainda, que os inquéritos não estão concluídos e “não é possível, neste momento, estipular data para o encerramento.



Nota pública da CPT sobre o período eleitoral. Onde está a Reforma Agrária?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

A CPT vem a público manifestar sua análise sobre o período eleitoral, o perfil e os planos de governo dos principais candidatos, trazendo como maior questionamento, "Onde está a Reforma Agrária" no futuro desses possíveis governantes? Eis a nota

Onde está a Reforma Agrária

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra, após denunciar no início da semana passada a onda de violência que se abateu sobre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, querem agora unir sua voz à de milhares e milhares de indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, camponeses e camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, que expressam sua perplexidade e descrença diante do atual quadro político-eleitoral do momento. Na realidade é frequente ouvir deles que nenhum candidato e nenhuma proposta se identifica com as suas necessidades e reivindicações.

Podemos testemunhar que vem crescendo a não aceitação e uma justa revolta diante do conchavo permanente entre poderosos grupos econômicos privados, nacionais e estrangeiros, ruralistas, agroindustriais, mineradores, para ocupar e controlar cargos nas instituições públicas tanto do executivo, quanto do legislativo. Com isso objetivam influenciar leis e políticas públicas que facilitem a perpetuação do latifúndio e da grilagem, que retirem os direitos duramente conquistados pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, e que flexibilizem os direitos trabalhistas, para garantir o lucro a qualquer custo para os investimentos e empreendimentos capitalistas.

Isso, que homens e mulheres do campo, das águas e das florestas percebem, fica claro na análise dos programas de governo dos candidatos que, em âmbito federal e estadual, disputam com possibilidades de sucesso as eleições. Todos eles exaltam a eficiência e importância do agronegócio, enquanto nem sequer reservam uma linha para a necessidade da reforma agrária, ou aqueles que a ela se referem, a colocam num plano insignificante. O máximo que os programas pontuam é algum tipo de apoio à agricultura familiar e uma insinuação à necessidade de uma agricultura agroecológica e saudável.

O resultado previsto, quaisquer sejam os vencedores, será a confirmação de um modelo de desenvolvimento que ameaça os territórios indígenas, quilombolas e camponeses, a continuidade da vida nos nossos biomas e os direitos trabalhistas. Um modelo de desenvolvimento que, no dizer de Maninha, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, "traz sofrimento para nossas comunidades".

O próprio financiamento das campanhas eleitorais pelas grandes empresas é a expressão cabal do conluio capital/política. Qual será o interesse, por exemplo, das três empresas responsáveis, até o momento, por 65% do arrecadado pelos três principais candidatos à presidência da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

república, JBS (Friboi), Ambev (Cervejaria) e OAS Construtora, se elas estão envolvidas em denúncias e punições por violações aos direitos trabalhistas de seus funcionários, inclusive em situações análogas ao trabalho escravo?

Na contramão dos programas das agremiações partidárias, infelizmente hegemônicas, insistimos sobre a centralidade da Reforma Agrária. Trata-se de uma Reforma Agrária ressignificada, que vai além da mera distribuição de terras: é sonho e projeto que brota e floresce com as novas experiências e articulações dos indígenas e dos quilombolas, que defendem e retomam seus territórios, com a proposta de economias que defendam o futuro do Planeta, ameaçado pelo efeito estufa e mudanças climáticas, agroecologias como visão do mundo, aproveitamento das energias limpas, soberania e segurança alimentar respeitosa da Vida, moratórias que preservem o que sobra da Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, com suas bacias hidrográficas e aquíferos destruídos e constantemente agredidos.

Se não houver uma mudança radical no curso destas eleições, a CPT sente que elas não marcarão nenhum salto qualitativo em relação às grandes expectativas que o Brasil fez eclodir, com muita esperança, nas manifestações de junho de 2013 e nas mobilizações indígenas e camponesas deste último ano. Por isso conclama a todos quantos sentem a urgência de um Brasil novo, à participação no plebiscito popular a acontecer na semana da pátria, em vista da convocação de uma Constituinte soberana e independente para a construção de uma reforma política que abra espaço para organizações populares, de classe e de territórios. Estas representadas e presentes nas decisões mais importantes da vida do País, lutarão para que sejam reconhecidos e aceitos a autonomia e o protagonismo de grupos que resistem à massificação dos métodos do capital e propõem alternativas a um modelo de desenvolvimento elitista e falido.

Se a dimensão política é a “maneira de melhor exercer o maior mandamento do amor” (Papa Francisco, discurso do dia 10 de junho de 2013), cabe-nos, como Comissão Pastoral da Terra, denunciar as viciadas formas de exercer o poder que alimentam e fortalecem os grupos já poderosos, que agredem e ameaçam não só os direitos dos mais fracos, mas a própria Constituição brasileira.

Goiânia, 27 de agosto de 2014.

Comissão Pastoral da Terra



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Câmara Municipal aprova PL que inclui na PPA abertura de crédito para construção de 02 salas de aulas em Aldeia Indígena
SÍTIO PARATININGA NEWS, 02.09.2014

Da Redação

Na Sessão Ordinária realizada nesta 2ª feira (01) na Câmara Municipal os vereadores aprovaram por unanimidade o PL 068/2014 que autoriza à inclusão na PPA 2014-2017 a abertura de Crédito Adicional Especial.

O Adicional tem como objetivo a construção de 02 salas de aula na escola Municipal Indígena Otavio Kurewe na Aldeia Bakairi.

Segundo vereadores que usaram a Tribuna e falaram do Projeto, esse é um projeto relevante para a educação indígena pois vai melhorar as condições atuais e possibilitar casa vez mais um ensino de qualidade aos mesmos e Câmara Municipal não poderia deixar de aprovar essa inclusão na PPA do município.



O que dizem os índios?

SÍTIO O GLOBO, 02.09.2014

Conhecimento tradicional associado à natureza é patrimônio imaterial das comunidades

Tramita no Congresso Nacional, em regime de urgência, o projeto de lei (PL) 7.735/2014, que traz um novo regramento sobre o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais a ele associados, disciplinando, entre outros temas, a repartição dos benefícios derivados disso. Apesar de o projeto envolver diretamente os direitos dos povos e comunidades indígenas e tradicionais, não foi respeitada, por meio da consulta prévia e adequada prevista no artigo 6º da Convenção nº 169/89 da OIT, a participação dessas comunidades no processo de elaboração desse novo marco jurídico.

O conhecimento tradicional associado à biodiversidade constitui-se em patrimônio imaterial das comunidades e dos povos indígenas, construído ao longo de gerações. Desse desenvolvimento decorrem direitos que são garantidos na Convenção da Diversidade Biológica e em outras normas internacionais de direitos humanos. Tais direitos não podem ser “negociados” livremente pelo Estado brasileiro, ou mesmo discutidos, sem a participação efetiva dos povos indígenas e tradicionais, tal como vem ocorrendo com a tramitação do PL 7.735/2014.

Ao examinar a proposta, percebe-se claramente a presença de diversas regras que violam direitos e interesses dos povos indígenas e tradicionais. Quanto à repartição dos benefícios resultantes da exploração econômica de acesso ao patrimônio genético, por exemplo, o projeto, a par de prever que a repartição deverá ser feita de forma “justa e equitativa”, estabelece diversas regras que visam a limitar a repartição de benefícios, como, por exemplo, a norma (no artigo 18) que exclui o dever das empresas intermediárias e das empresas de pequeno porte de realizarem essa repartição.

O PL prevê que aos povos indígenas e comunidades tradicionais fica assegurada a participação no processo de tomada de decisão sobre os assuntos relacionados ao acesso ao conhecimento tradicional associado. Tal previsão normativa representa um claro retrocesso em relação à legislação vigente (MP 2.186), que reconhece a essas comunidades o direito de decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais, o que abrange, inclusive, o direito de não permitir tal acesso.

Diante disso, conclui-se que a tramitação do PL nº 7.735/2014 viola o direito de consulta prévia e adequada dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de abrigar em seu texto normas que violam diversos direitos humanos fundamentais dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Brasil, razão pela qual sua aprovação, na forma como se encontra, deve ser considerada um retrocesso na garantia dos direitos desses povos e comunidades, podendo, inclusive, justificar uma futura responsabilização do Estado brasileiro perante órgãos e tribunais internacionais de direitos humanos.

Eliana Torelly e Anselmo Lopes são procuradores da República



No Mato Grosso do Sul, candidato indígena é ameaçado e não divulga agenda

SÍTIO PODER ON LINE, 02.09.2014

O candidato a deputado federal pelo Mato Grosso do Sul Cacique Ládio Veron (PSOL) tem denunciado ameaças diárias de assassinato. O medo de perseguição, diz o cacique da etnia Guarani-Kaiowá, o impede de disponibilizar publicamente sua agenda de campanha diária.

Leia também: Sem representatividade no Congresso, eleições têm 85 candidatos indígenas

“Não temos uma garantia de direito democrático, onde todos(as) os(as) candidatos(as) têm o direito de fazer a sua campanha de maneira segura, isso atrapalha e dificulta mais ainda a nossa campanha”, diz Veron, no Facebook.

Defensor da reforma agrária e da demarcação de terras para indígenas e quilombolas, além de combatente da PEC 215/2000 – que transfere para o Legislativo a decisão sobre a demarcação de terras -, o cacique afirma que “corre o risco de ser assassinado como os(as) vários(as) indígenas que já foram mortos(as) lutando contra o agronegócio”.



Autoridades indígenas continuam a ameaçar cristãos na Colômbia

SÍTIO CPAD NEWS, 02.09.2014

Líderes da comunidade foram deslocados e, atualmente, estão vivendo em uma das casas de abrigo, apoiados pela Portas Abertas

As autoridades indígenas em Huila ameaçam especificamente os líderes cristãos de El Paraíso, igreja localizada na vila Llanobuco. "Se os cristãos se reunirem nos lares, nós vamos destruir suas casas e a escola onde ensinam as crianças", alertaram as autoridades.

No dia 23 de agosto, a guarda indígena entrou na casa de uma família cristã, em busca de documentação do censo indígena mais recente. Os oficiais entregaram uma carta à família que dizia: "Vocês têm que deixar este lugar ou sofrerão as consequências."

Essas ameaças aumentaram o medo dos cristãos da região. Há apenas dois anos, os guardas indígenas destruíram a igreja, a escola e a sala onde as crianças recebiam suas refeições. Por esta razão, os líderes desta comunidade foram deslocados e, atualmente, estão vivendo em uma das casas de abrigo, apoiados pela Portas Abertas.



Site do Ministério do Turismo destaca culturas indígenas e quilombolas paraibanas
SÍTIO PARAÍBA JÁ, 02.09.2014

O portal do Ministério do Turismo destaca a Paraíba com reportagem sobre as culturas indígenas e quilombolas remanescentes no estado. O roteiro turístico 'Mares Quilombolas' faz parte do projeto Talentos do Brasil, idealizado pela parceria entre os Ministérios do Turismo (MTur), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Sebrae. As cidades citadas na reportagem são Conde, Pitimbu e João Pessoa. O ministro Vinicius Lage disse que uma das principais inovações do projeto é agregar pessoas, serviços e produtos da agricultura familiar aos roteiros turísticos já explorados. Ele explica que isso gera benefícios econômicos e sociais para a região.

O texto da reportagem indica quatro passeios para os turistas que visitarem o litoral entre João Pessoa, Conde e Pitimbu: Comunidade Ipiranga, Quinzena Cultural, Caminhadas na Natureza e Território Mucuxi por retratarem a diversidade do litoral paraibano. A Quinzena Cultural é realizada em Pitimbu, sempre no segundo sábado de cada mês. De acordo com o texto, o evento tem por objetivo resgatar e valorizar os saberes da população local. É a oportunidade para artistas e grupos folclóricos (artesão expõem e vendem seus trabalhos em barraquinhas).

A reportagem cita o exemplo de Daurenice Pereira dos Santos, ou dona Nice como ela é conhecida. A paraibana que vive em Tambaba, no Conde, participou de oficinas e recebeu consultoria do projeto Talentos do Brasil Rural. "Depois de entrar no projeto, dona Nice viu a renda familiar subir de menos de um salário mínimo para cerca de R\$ 2 mil. As frutas e produtos do Sítio Pontes, antes vendidos na feira ou para atravessadores, atualmente integram as mesas de restaurantes badalados.



Levante do Povo Tuxá da Aldeia Mãe

SÍTIO CEDEFES, 02.09.2014

Olá companheiros e amantes da causa indígena!

Venho manifestar e socializar as lutas do meu Povo Tuxá da Aldeia Mãe.

Somos um Povo que luta pelo garantido direito de poder ter de volta a sagrada Mãe Terra... Após vários anos de espera angustiante, sendo alimentados por falsas promessas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF que acordou com nosso Povo a entrega de nossas terras para desenvolver a nossas práticas agrícolas em seis meses após o enchimento do lago de Itaparica em 1987. Esses meses se transformaram em mais de 25 anos.

Muitos parceiros contribuíram e seguem nos ajudando a solucionar o nosso problema como: APOINME, ANAI, CIMI, MPF/6ta Câmara e os nossos irmãos indígenas de nosso Estado da Bahia e do Brasil a fora... Por essa razão venho compartilhar que a nossa Nação Tuxá através de seu "Novo Levante pela Mãe Terra" tem travado desde 2009 várias batalhas, prioritariamente pela busca de nossa terra.

Destacamos os levantes efetuados durante o ano de 2009, 2013 quando a comunidade efetuou várias manifestações em nosso estado e em Brasília na busca de rever o Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta Tuxá/CHESF firmado em 2006, que transferiu de forma errônea para FUNAI a responsabilidade pela aquisição da terra dos Tuxá da Aldeia Mãe.

Nossa comunidade foi pega de surpresa com as letras miúdas e pela falta do devido esclarecimento sobre o TAC, a nossa instituição- FUNAI que deveria zelar, defender e respeitar os nossos direitos assinou TAC, sem sequer assegurar a presença de nossas lideranças no ato de homologação do referido instrumento jurídico, com isso omitiu as informações, recebendo quase cinco milhões para adquirir nossas terras. Esse valor se mostrou insuficiente e hoje por força do novo decreto presidencial está sendo conduzido os trabalhos pela FUNAI para aquisição de uma terra denominada Volta do Penedo, a luta continua pois a CHESF se recusa a efetuar o acréscimo financeiro para concluir a compra, criando um impasse nas instituições do governo.

Essas terras a serem adquiridas é insuficientes para assegurar a sobrevivência física, cultural, religiosa e espiritual de nosso Povo, uma vez que, apenas um pouco mais das 200 famílias serão beneficiadas de um total de 365 que são pertencentes a nossa aldeia Mãe, com isso o Povo resolve batalhar pela reconquista de nosso Território Tradicional "Surubabel". O processo foi iniciado no ano de 2003 quando os Tuxá requereram o repatriamento dos achados arqueológicos retirados do nosso solo sagrado Surubabel, para tanto o povo pediu ajuda a Universidade Estadual da Bahia - UNEB, solicitando o apoio necessário para tornar isso possível. Essa ação gerou um processo que está em fase final de conclusão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

Alimentados pelo encontro ocorrido com a participação de todos os Povos Indígenas da Bahia realizado na Aldeia Mãe do Povo Tuxá no ano de 2008, os Tuxá resolvem reaver o Surubabel e no ano de 2010 efetuam sua primeira retomada, conquistando o direito de serem contemplado com a área a ser objeto de estudo pela FUNAI, que sinalizou efetuar o estudo de nossa terra sagrada.

Esse GT não saiu do papel, por essa razão tramita na justiça uma ação civil pública para assegurar a constituição do GT tendo o objetivo de se efetuar o estudo do Território Tradicional do Povo Tuxá a partir da terra sagrada Surubabel.

Dada a morosidade judicial somado a mais uma vez ao descaso do Órgão Indigenista Oficial - FUNAI, o Povo Tuxá decide reocupar o nosso território e pede apoio aos parceiro, aliados e companheiro de luta para tornar isso possível.

Ontem nossa comunidade se mobilizou mais uma vez, agora para construir a nossa casa de oração já que a FUNAI-DF não cumpriu com acordo firmado em 2013 de construir uma casa de oração com um modelo arquitetônico desenvolvido com a participação de nossos indígenas, por essa razão o povo está construindo uma provisória até que a FUNAI cumpra com o seu papel.

Vale ressaltar que nossa Nação sempre teve como ensinamento de nosso antigos; "em cima do medo, coragem", com isso estamos firmes nesse "novo levante" pela existência de um Povo que ajudou muitas tribos a se reerguerem enquanto Povos Indígenas e que agora precisa do apoio de todos.

Digam ao Povo que avancem e nós avançaremos com a graça de nosso pai celestial e de nossas forças poderosas.

Índios da Tribo Tuxá, Nação Proká do Pragaga de Arco Flecha e Maracá "Malacutiga Tuá"

Fonte: Hawaty Arfer Tuxá. Maria Apako Tuxá



Arte amazônica chega à Alemanha

SÍTIO PORTAL JNP, 02.09.2014

Artista plástico paraense leva cuias e pinturas indígenas para centros de exposição

A manifestação artística dos índios da floresta amazônica ultrapassou as fronteiras nacionais e está sendo valorizada na Alemanha. Essa exportação se deve, em grande parte, ao trabalho do artista plástico Edivaldo Kirsch. Paraense, nascido na Ilha do Marajó, e residindo na cidade alemã de Frankfurt há mais de três anos, ele é um grande estudioso da cultura indígena e de sua grafia em cuias e pinturas corporais. De passagem por Belém, ele busca o financiamento para uma obra que fala um pouco sobre as histórias contadas através de cada desenho geométrico elaborado nos elementos indígenas.

“Já fiz alguns contatos e estou aguardando o fechamento para conseguir o financiamento para o livro. Será uma obra sobre a história indígena e a história contada em grafismo. Não existe nada, ainda, mas sei que é possível contar a história por seus símbolos geométricos. Já levei a proposta para a Alemanha e eles lá têm esse interesse. Estou fazendo a ligação entre os dois países”, explicou Edivaldo. Apaixonado pelas manifestações artísticas indígenas, ele entrou em contato com algumas tribos mais próximas de Belém, com as quais já havia trabalhado anteriormente, e agora aguarda também a liberação por parte delas.

O amor pela cultura indígena é algo que acompanha o artista plástico bem antes da escolha pela profissão. Ex-aluno de Educação Artística da Universidade Federal do Pará (UFPA), desde muito jovem entrou em contato com integrantes de tribos amazônicas. A irmã de criação dele é indígena, da tribo Assurini, e casou com um integrante da tribo Kayapó. Sua mãe era enfermeira e a única responsável por trazer ao mundo os filhos do casal. Um dos filhos é afilhado de Edivaldo, o que o aproximou ainda mais de toda a movimentação que norteia a cultura indígena. Após entrar na faculdade, a paixão por essa expressão artística aumentou ainda mais: “Na universidade comecei a misturar técnicas tradicionais com as da floresta. Hoje, trabalho com resinas e elementos naturais, associando a arte plástica acadêmica aos objetos tradicionais indígenas”, explica.

A ascensão do outro lado do Atlântico veio justamente pela sua pesquisa de arte e grafia indígenas. Enquanto cursava a graduação, começou a trabalhar no Museu Emilio Goeldi e no Instituto de Etnobiologia da Amazônia (Inea). Lá, conheceu um pesquisador americano que levou seu trabalho para a Alemanha. Desde então, realizou várias exposições naquele país e em outros da Europa, até fixar residência em Frankfurt, em 2011.

Ao sentir o grande interesse da Alemanha por sua pesquisa de grafia e arte indígena, montou a proposta do livro e levou adiante para alguns alemães, que foram muito receptivos. Para Edivaldo, o livro é um projeto bastante pessoal que está ligado a sua profissão e às suas origens: “A ideia é fazer o livro acontecer. Isso está ligado a minha origem e a minha formação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2014

Brasília, 02 de setembro de 2014.

como educador artístico e artista plástico. Acredito que você preservando o índio, você preserva a mata. O grande desafio é manter o índio em sua terra”, disse.

Além do livro, Edivaldo também elabora outros projetos na Alemanha. Um deles é o “Movimento Livre - Êngockê”, que ele desenvolve em Frankfurt ao lado de um amigo também brasileiro. O projeto propõe uma mistura entre música e artes plásticas, aguçando a audição, visão e tato do público - que pode ver as obras, ouvir música e ainda pintar o corpo com grafismo. “Ao mesmo tempo em que estou produzindo, também toco. Faço pintura e a música continua acontecendo. É todo um movimento livre, por isso o nome”, diz ele. O projeto não tem data para chegar a Belém, mas já foi apresentado na Áustria.

fonte:ORMNews